



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **13 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 14 de novembro de 2012

FOLHA DE SÃO PAULO TCU decide hoje se consumidor terá os R\$ 7 bi da conta de luz VEICULAÇÃO NACIONAL	1
FOLHA DE SÃO PAULO Venda de tablets aumenta 267% no Brasil VEICULAÇÃO NACIONAL	2
VALOR ECONÔMICO Tributação da nuvem provoca polêmica VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O GLOBO Dilma ajuda prefeitos com R\$ 3,5 bi..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O GLOBO Portos aguardam definições para atrair investidores VEICULAÇÃO NACIONAL	6
O GLOBO Congresso aprova projeto para detalhar impostos de produtos VEICULAÇÃO NACIONAL	7
O GLOBO Brasil supera ricos em carga tributária..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
O GLOBO Dólar sobe para R\$ 2,067, maior cotação desde junho VEICULAÇÃO NACIONAL	9
ESTADO DE MINAS Desonerar é preciso VEICULAÇÃO NACIONAL	10
ESTADO DE MINAS Novas relações de trabalho para o Brasil do século 21 VEICULAÇÃO NACIONAL	12
CORREIO BRAZILIENSE Visto, Lido e Ouvido :: Ari Cunha..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
BRASIL ECONÔMICO-SP jurídico com Docas muda projeto de modernização de portos VEICULAÇÃO NACIONAL	14
SOFT PHARMA Fabricação de medicamentos é liberada no Polo Industrial de Manaus VEICULAÇÃO NACIONAL	15

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO TCU decide hoje se consumidor terá os R\$ 7 bi da conta de luz		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Erro na metodologia de cálculo da tarifa transferiu os recursos para distribuidoras

DE SÃO PAULO TCU (Tribunal de Contas da União) retoma hoje o julgamento do acórdão que pode determinar ou não o ressarcimento de R\$ 7 bilhões cobrados indevidamente por sete anos dos consumidores de energia elétrica do país.

Uma falha na metodologia de cálculo do reajuste da tarifa de energia transferiu recursos dos consumidores para o caixa das distribuidoras.

O erro foi revelada pela Folha em 2009. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) só agiu para eliminar o problema depois que o tema se tornou público.

Embora tenha eliminado a falha, a Aneel disse que não poderia exigir das concessionárias a devolução ou a compensação do que foi pago a mais. É essa posição da Aneel que está em discussão no TCU neste momento.

O ministro relator do processo, Valmir Campelo, votou pelo ressarcimento, mas o ministro revisor, Raimundo Carneiro, tem posição contrária.

Para ele, a corte não teria competência para exigir das distribuidoras qualquer devolução. Órgãos de defesa dos consumidores dizem que esse é um falso problema.


Para Procon-SP, Proteste e Idec, o TCU não está julgando a relação entre consumidor e distribuidora, mas a decisão da Aneel de desistir de exigir o ressarcimento.

Se perderem no tribunal, restará aos consumidores as ações na Justiça.

(AGNALDO BRITO)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Venda de tablets aumenta 267% no Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A venda de tablets no país cresceu 267% de janeiro a agosto, e a de smartphones, 55%, ante o mesmo período de 2011, segundo a consultoria Gfk Brasil, que analisou a comercialização de 71 produtos. A receita gerada pelos tablets crescerá 49% em 2012, prevê a Gfk. No mundo, deve subir 20% em 2013.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Tributação da nuvem provoca polêmica		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Gustavo Brigatto


O rápido crescimento da chamada computação em nuvem - um modelo pelo qual softwares e dados são acessados via internet, de servidores remotos, com o pagamento de uma taxa de mensal - está trazendo à tona uma questão importante: a falta de uma regulamentação tributária específica.

Como não estão previstas na Lei de Informática, essas ofertas têm sido enquadradas nas regras do Imposto sobre Serviço (ISS). Mas não há consenso entre advogados tributaristas de que essa seja a melhor forma de enquadrar a nuvem.

O termo serviço foi adotado internacionalmente, mas nem tudo pode ser avaliado assim. A armazenagem de dados, por exemplo, é uma compra de espaço [gigabytes] dentro de um servidor, disse Fernando Antonio Cavanha Gaia, do escritório Gaia Silva Gaede Advogados Associados, que participou de um seminário sobre tributação na nuvem promovido pela Câmara Americana de **Comércio** (Amcham), ontem, em São Paulo.

Tramita na Câmara um projeto de lei complementar (PLP 171/12) que inclui as ofertas de software e infraestrutura nas regras do ISS. Para Fernanda Nabuco, diretora jurídica da Tivit, empresa de serviços de TI, o enquadramento dessas ofertas sob um único guarda-chuva tributário pode, eventualmente, provocar um aumento de preços. Se a alíquota for tal, o provedor vai colocar o valor em cima do preço, sem questionamento, disse. Segundo Fernanda, a falta de uma regra tributária específica não impede que as empresas lancem serviços, mas cria insegurança. Você lança e depois o Fisco pode querer aplicar multa, disse.

De acordo com Georgios Anastassiadis, advogado do escritório Gaia Silva, a melhor postura para os provedores, enquanto não há uma definição sobre o assunto, é se resguardar de eventuais fiscalizações.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma ajuda prefeitos com R\$ 3,5 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo anunciou ontem um pacote de R\$ 3,5 bilhões para socorrer as prefeituras. A União também vai renegociar dívidas dos municípios com o INSS. As ações devem evitar que os atuais prefeitos sejam enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pacote de R\$ 3,5 bi socorre municípios

Além da liberação de receita, governo anuncia renegociação de dívidas com o INSS

Júnia Gama

Cofre aberto. Prefeitos aguardam sentados na parte externa do Planalto o resultado da reunião onde governo anunciou pacote de ajuda às cidades

BRASÍLIA Para aliviar as finanças dos municípios e dar um novo fôlego aos prefeitos que assumem dia 1º de janeiro, o governo anunciou ontem um pacote de medidas que envolvem recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões, além de uma generosa renegociação das dívidas das prefeituras com o INSS. Os prefeitos, capitaneados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), estavam mobilizados desde o dia 10, quando entregaram uma pauta de reivindicação ao governo. O comando do movimento considerou as ações insuficientes, mas reconheceu que elas vão evitar que muitos dos atuais prefeitos sejam enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O anúncio das medidas foi feito pela ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, após reunião com o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e outros representantes dos municípios, no Palácio do Planalto. A principal queixa das prefeituras é com a queda de suas receitas provocada pela desoneração de alguns setores da economia com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da chamada "Cide dos combustíveis", medidas impostas pelo **Governo Federal**. A maior fonte de receita das prefeituras é justamente uma parcela desses dois impostos.

Segundo a ministra, o governo vai realizar até esta sexta-feira o pagamento de cerca de R\$ 2 bilhões do Fundo de **Exportação** para estados e municípios - esses recursos visam a compensar as perdas provocadas aos governos

estaduais e municipais pela Lei Kandir, que reduz o ICMS sobre as **exportações**, diminuindo, assim, suas receitas.

Outro compromisso assumido pelo governo, segundo Ideli, foi o pagamento, até o final do ano, de cerca de R\$ 1,5 bilhão dos chamados "restos a pagar" de orçamentos de anos anteriores para obras tocadas pelas prefeituras. Serão liberados recursos para aquelas que já tenham medição executada ou cuja medição acontecerá até o final do ano.

Ideli anunciou ainda que será editada medida provisória permitindo aos prefeitos renegociar a dívida previdenciária, abatendo 60% das multas, 25% dos juros, 100% dos encargos e parcelando o débito a partir da garantia do comprometimento de apenas 2% da receita corrente líquida. A ministra afirmou também que o decreto para que os municípios atingidos pela seca acessem benefícios para pagamento do débito previdenciário será publicado no próximo Diário Oficial da União.

- Estamos com coisas bastante concretas. Dos oito itens que eles apresentaram, quatro foram respondidos de forma positiva - destacou a ministra, acrescentando que o governo ainda irá complementar o pagamento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) caso o valor deste ano seja menor que o do ano passado.

- Não vai solucionar, mas a reposição do IPI e da Cide pode amenizar e tirar muitos prefeitos do enquadramento de ficha-suja, porque tem prefeitos que vão ser condenados por causa de cinco, vinte mil reais de restos a pagar. E que não tiveram suficientes aportes de caixa para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. A maioria deles, sem ter cometido um erro sequer, apenas pela situação estrutural da Federação brasileira - disse Ziulkoski, após o encontro, sem otimismo: - Não vejo a longo prazo uma solução, porque isso não é tratado em Brasília com a seriedade que deveria ser.


Ideli se comprometeu a levar para a presidente Dilma Rousseff o pedido de ampliação do FPM:

- Eles fizeram um grande apelo nessa questão do FPM, mas o fato é que não tivemos diminuição este ano em relação a 2011, como houve de 2008 para 2009. Vamos garantir o valor equivalente ao nominal do ano passado, mas os apelos foram muito fortes para ter ampliação do FPM.

A ministra justificou que a revisão para baixo, em quase R\$ 8 bilhões, da projeção do FPM deste ano se deve à gravidade da crise econômica internacional - sem citar diretamente as isenções de IPI promovidas pelo **Governo Federal**:

Ziulkoski disse que as medidas amenizam a situação dos municípios, mas não irão solucionar o problema agudo, que é a queda de arrecadação no FPM. Segundo ele, com a isenção

do IPI deixaram de entrar no caixa das prefeituras R\$ 1,8 bilhão e, com a renúncia da Cide, outros R\$ 625 milhões. O FPM gira em torno de R\$ 60 bilhões por ano. Os prefeitos ainda reivindicam que o governo complemente o Fundeb com R\$ 10,4 bilhões.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Portos aguardam definições para atrair investidores		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Uma invenção americana do fim dos anos 30, aparentemente simples, o contêiner (a expressão "cofre de carga" não se tornou usual, e a palavra inglesa acabou aportuguesada) contribuiu para revolucionar o transporte marítimo. Até mesmo cargas típicas de graneleiros chegam hoje a ser transportadas dentro desses grandes cofres. O transporte em contêineres agilizou embarques e desembarques nos portos, em um processo de crescente automação. Técnicas e sistemas de computadores foram desenvolvidos para empilhamento de até sete cofres nos pátios dos terminais, com rápida identificação e retirada, para posicioná-los no porão ou no convés do navio, dependendo das próximas escalas das embarcações.


Esse avanço possibilitou o aumento do tamanho dos navios, que hoje têm capacidade de transportar milhares de contêineres em uma única viagem. As embarcações hoje estão limitadas, na verdade, à largura máxima de alguns canais (como o de Suez ou o do Panamá). Um único navio substitui milhares de caminhões ou dezenas de trens. Com isso, houve um salto de produtividade que, de alguma maneira, se refletiu na expansão do **comércio** doméstico e internacional, com desdobramentos positivos sobre todas as economias. Muitos bens se tornaram acessíveis a consumidores que nem sonhavam em poder adquiri-los.

Essa expansão, por sua vez, exigiu ampliação dos terminais portuários e das áreas de armazenamento. Os canais de acesso aos portos precisaram ser aprofundados e alargados para passagem simultânea de grandes navios em

sentidos inversos. Os acessos terrestres aos terminais se tornaram um enorme desafio, pois muitas vezes cruzam zonas urbanas adensadas, e é preciso evitar que o tráfego crescente de caminhões e comboios ferroviários tumultue o já congestionado trânsito das cidades.

A superação desses obstáculos depende de uma conjugação de investimentos públicos e privados, dentro de um planejamento que integre os modais de transportes no presente e não deixe de olhar também para o futuro. Investimentos em infraestrutura geralmente precisam andar na frente da demanda de serviços, mas sem imobilizar o capital investido a ponto de comprometer o retorno em proporções adequadas.

É esse o contexto no qual se aguarda o prometido programa de estímulos aos investimentos no sistema portuário brasileiro. A fase em que era possível avançar rapidamente, por conta dos incríveis atrasos do setor no Brasil, já foi superada. Novos avanços dependerão de aprimoramentos mais sofisticados na própria regulação. O papel do setor público, especialmente das companhias docas, terá de ficar mais claro, com as funções técnicas prevalecendo sobre as interferências políticas que tanto prejudicaram essa atividade. A definição desses marcos regulatórios será fundamental para atrair os necessários investidores privados que poderão impulsionar o setor.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Congresso aprova projeto para detalhar impostos de produtos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Valor de ICMS e ISS, entre outros, deve vir em painel ou nota fiscal

Isabel Braga

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA A Câmara aprovou ontem projeto que pretende dar transparência aos impostos pagos pelo contribuinte ao adquirir um produto. Em votação relâmpago, os deputados aprovaram projeto de lei que obriga as empresas a divulgarem detalhadamente nove impostos ou contribuições que incidem na composição do preço de mercadorias e serviços. A divulgação deverá ser feita em painel afixado em local visível do estabelecimento ou por meio de notas fiscais (meio eletrônico ou impresso). O projeto vai à sanção presidencial, mas o governo não garante que será sancionado.

Pelo projeto, a apuração do valor dos impostos deverá ser feita em relação a cada mercadoria ou serviço, separadamente, com a discriminação de todos os impostos federais, estaduais e municipais. Na visão de técnicos do Planalto, esse cálculo em cada operação é muito difícil de ser feito.

- A matéria só surgiu agora, e há muita dúvida quanto à viabilidade da proposta. Por exemplo, quem vai pagar pelo cálculo são as empresas? Não há compromisso com sanção - afirmou o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

De autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor e regulamenta a Constituição Federal foi aprovado em 2006 pelo Senado e enviado à Câmara em 2007. O texto determina que deverão ser computados no valor final da

mercadoria ou serviço os seguintes tributos: ICMS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), IPI, IOF, IR, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS/Pasep, Cofins e Cide, o chamado imposto sobre os combustíveis. Também deverão ser levados em conta valores referentes ao Imposto de **Importação**.


"Momento histórico"

Para agilizar a votação, os deputados decidiram não alterar o texto original do Senado, garantindo que ele fosse diretamente à sanção presidencial.

- O consumidor vai ter a consciência do quanto paga de impostos. Hoje só têm essa consciência quando pagam IPTU, IPVA, entre outros. Na hora em que efetuamos qualquer transação de compra e venda, também se paga muito imposto. As pessoas têm o direito de saber qual é o impacto do imposto no seu dia a dia - comemorou o líder do PSD e relator do projeto, deputado Guilherme Campos (SP).

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) lembrou que o projeto se baseou em uma iniciativa popular que obteve mais de um milhão e meio de assinaturas:

- Estamos dando ao cidadão o conhecimento da carga tributária. Este é um momento histórico do Congresso Nacional. Estamos dando à população a publicidade dos tributos. É uma votação que há muito deveria ter sido feita.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil supera ricos em carga tributária		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fatua da arrecadação no PIB é maior que em 16 nações da OCDE e que na AL

Cristiane Bonfanti

BRASÍLIA Com gargalos cada vez mais visíveis em áreas estratégicas como infraestrutura, o Brasil tem uma carga tributária 67% maior que a média da América Latina. Enquanto no Brasil a arrecadação total de impostos e contribuições equivale a 32,4% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país), em um conjunto de 15 economias da América Latina, na média, é de 19,4%. O país só fica atrás da Argentina, com receita tributária correspondente a 33,5% das riquezas produzidas naquele país.

O Brasil também se sai mal na comparação com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne países desenvolvidos: em 2010, a carga nacional foi igual à de Israel, superando a de 16 dos 34 países da organização. Ficou acima de nações como Espanha, Japão, Suíça, Turquia e EUA. Na média, a carga da OCDE é de 33,8%. Os dados, referentes a 2010, constam de relatório da instituição em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias (Ciat).

Para Márcio Ferreira Verdi, secretário-executivo do Ciat, a carga tributária do Brasil não é alta ante as necessidades de desenvolvimento econômico, mas o país precisa melhorar a qualidade da arrecadação:

- É um desafio do governo, principalmente no que diz respeito ao ICMS. Outro ponto é que há espaço para melhorar a tributação direta, promovendo cada vez mais formalização.

A avaliação de Verdi está longe de ser consenso entre especialistas. O tributarista Ilan Gorin ressaltou que, atualizada, a carga tributária brasileira já chega a 36% do PIB e que, "evidentemente", é alta. A seu ver, o Governo Federal, os estaduais e municipais precisam concentrar esforços na redução de despesas públicas em vez de elevar impostos.

Com salários de servidores ativos e inativos dos Três Poderes, a despesa anual subiu 163,2% de 2002 a 2011, enquanto o crescimento médio anual do PIB foi abaixo de 4%.

- O governo está completamente inchado há muitos anos. É bonito contratar e realizar uma série de coisas, mas uma hora isso vira uma bola de neve. E, para não ter o ônus político, ninguém consegue enfrentar essa situação.

O peso dos IMPOSTOS indiretos

Quanto ao conjunto da América Latina, o diretor do Centro para Política e Administração Tributária da OCDE, Pascal Saint-Amans, considerou que a arrecadação é baixa e representa um entrave para os países alcançarem os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU e mudarem o quadro de extrema pobreza no mundo até 2015.

- Não digo se está certo ou errado. O nível de tributos depende da sociedade que se quer, no que diz respeito à saúde, aposentadoria, transporte público. Mas esse é o patamar considerado para se alcançar os objetivos - afirmou.

A carga é mais pesada no Brasil que no resto da América Latina sobretudo devido aos tributos indiretos. Segundo o relatório, impostos sobre bens e serviços consumiram 14,2% da riqueza produzida no país em 2010, contra uma média de 9,9% para o conjunto dos 15 países selecionados da América Latina e de 11% da OCDE.



VEÍCULO
O GLOBO

EDITORIA

TÍTULO

Dólar sobe para R\$ 2,067, maior cotação desde junho

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Depois de quatro quedas seguidas, Bolsa de São Paulo fecha em alta de 0,74%

SÃO PAULO O movimento de alta do **dólar** no exterior foi amplificado ontem no mercado doméstico e a moeda americana fechou com valorização de 0,86%, cotada a R\$ 2,067 na compra e R\$ 2,069 na venda. Segundo especialistas, grandes bancos compraram **dólar** num mercado com pouca oferta, o que pressionou a cotação. Foi o maior

valor de fechamento da divisa americana desde o dia 28 de junho, e a quinta alta consecutiva.

Na Bolsa de Valores de São Paulo, o índice Ibovespa fechou em alta de 0,74%, aos 57.486 pontos, interrompendo uma sequência de quatro quedas. A Bolsa agora acumula ganho de 1,29% no ano. O volume negociado na Bovespa chegou a R\$ 6 bilhões. Nos Estados Unidos, o SP&500 caiu 0,40%; o Dow Jones perdeu 0,46% e a Nasdaq, 0,70%.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO Desonerar é preciso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Custo do trabalho no Brasil é elevado. Solução para freá-lo está no aumento da produtividade, o que implica redução de gastos com a folha de pagamento

Guilherme Lobão

Especial para o Estado de Minas

O alto custo da folha de pagamento é um dos maiores entraves para o aumento da competitividade da indústria brasileira. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), independentemente da conceituação da remuneração, o custo bruto de um trabalhador para a empresa pode ser até 183% maior do que o salário da carteira (2,83 vezes). Embora a comparação com outros países seja complexa - por não incluírem necessariamente os mesmos encargos e devido a diferenças de produtividade e câmbio -, desonerar a folha é tida como a solução mais tangível para se permitir um aumento na produtividade.

"O custo do trabalho no Brasil tem crescido por um conjunto de obrigações que não param de surgir. Você tem salários, encargos, o financiamento da previdência na folha, benefícios negociados - além de uma burocracia grande, que gera custos gerenciais maiores. No fim, tudo isso forma um passivo imenso. A gente tem, portanto, o desafio de desonerar o trabalho", observa Emerson Casali, gerente executivo de relações de trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defende haver, neste bojo, conquistas indiscutíveis do trabalhador, mas também muitas "irracionalidade".

Há no Brasil, hoje, segundo dados da CNI, um crescimento de produtividade nos últimos anos de 3,7% ao ano, contra um aumento do salário médio (em dólar) de 111%. "Então, essa elevação de custo não está sendo compensada pela produtividade. Mas aí só se tem dois caminhos: ou aumenta por meio do trabalho - mas não tem como porque a lei não deixa - ou aumenta o capital".

Para ele, o governo tem conferido atenção a este assunto e as entidades sindicais demonstram disposição grande para este diálogo. E a mais lógica saída desta sinuca de bico é diminuir o ônus da folha. "Quando se fala no desafio de desonerar o trabalho não está se discutindo o

ganho do trabalhador, mas o crescimento da produtividade", pondera.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Roberto Henrique González acredita que a redução da desigualdade propiciaria ganhos reais maiores ao longo do tempo, pois criaria um mercado de trabalho consumidor maior. Para isso, é necessário tornar a carga tributária mais progressiva (pessoas de maior renda pagando mais). "Melhorar o perfil distributivo da carga tributária poderá ser uma grande contribuição para a redução da desigualdade e provavelmente para a continuidade do crescimento. Imagino que redistribuir renda é uma forma de aquecimento do mercado interno", diz. Para ele, seria essencial diminuir a parte do bolo tributário que tem a ver com contribuições e impostos indiretos e aumentar a parte que tem a ver com tributação de renda e patrimônio.

"O problema é que, no geral, quando se desonera, se troca por novos impostos indiretos. É isso que o governo está fazendo. No fundo a gente pode estar aumentando a regressividade do conjunto da carga tributária em troca da desoneração", pondera González.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão, defende que o governo deva desenvolver mecanismos junto à classe empresarial que confirmem às empresas melhores condições de investir em inovação tecnológica e sustentabilidade dentro da formalidade. "Temos de desburocratizar as relações trabalhistas, desonerando os custos da contratação e aumentando o nível de produtividade. Empresas mais produtivas podem oferecer emprego mais qualificados e melhores remunerados", justifica.

Mercado de trabalho

O sistema de regulação das relações trabalhistas fez o mercado de trabalho mais rígido e aumentou o custo de ajustamento - quando as empresas precisam tomar decisões dinâmicas quanto a contratar e demitir, conforme observa o economista Rodrigo Leandro de Moura, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Como consequência, essa rigidez faz com que a força de trabalho cresça em ritmo menor e as empresas tenham poucos empregados no mercado

e retenham mão de obra para não demitir, devido ao custo. Mas se a economia aquecer, não vai se achar gente qualificada", avalia.


O economista defende a necessidade de uma reforma trabalhista, mas reconhece o quanto é difícil realizá-la, principalmente no contexto de desemprego médio baixo que o **Brasil** vive hoje. "Para isso, o custo fixo de emprego - os dias pagos e não trabalhados, férias, licenças etc - deveria ser reduzido e as leis trabalhistas deveriam permitir contratos mais flexíveis, temporários, mais fáceis para a empresa contratar e demitir, o que não agrada os trabalhadores", pondera.

O mestre em Direito do Trabalho Antônio Carlos Aguiar concorda que para a indústria continuar crescendo são necessárias mudanças concretas. "Além do aspecto cultural, o que se torna primordial para o crescimento da indústria é uma desoneração da folha de pagamento. Passos **importantes** foram dados. Mais especificamente, no sentido de alargar os beneficiários desta medida. Quem mais emprega, mais

prejuízo tem. Essa pirâmide de contribuição deve ser invertida".

Mas o **Governo Federal** ressalva que ocorreram desonerações **importantes** e estratégicas por meio de descontos do IPI ou a própria desoneração da folha de pagamento. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, esse cenário aumentou a competitividade das empresas nacionais em um cenário internacional.

"Temos que garantir a competitividade da nossa economia, com menores custos de **produção** para nossas empresas", acrescenta Brizola. "Isso tem sido feito a partir de medidas concretas. Com a desoneração de setores fundamentais da economia e redução de tarifas, como o que está ocorrendo no setor elétrico. Para atacar o Custo Brasil, esse conjunto de medidas visa garantir a unidade dos atores sociais: empregadores, trabalhadores e governo."

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO Novas relações de trabalho para o <u>Brasil</u> do século 21		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estímulos para crescer

Até a política industrial do **Governo Federal** brasileiro deposita suas energias para desonerar o trabalho no país no Plano **Brasil** Maior, que reúne 63 medidas - 49 das quais já em operação - com o propósito de alavancar o **desenvolvimento** e a competitividade do país. Em vigor desde agosto de 2011, o programa lançou medidas em três grandes blocos em benefício da indústria: redução dos custos do trabalho e do capital, estímulos ao **desenvolvimento** das cadeias produtivas e estímulos às **exportações** e defesa comercial.

A desoneração da folha de pagamento para 40 setores intensivos de trabalho é um dos destaques da política no primeiro bloco de ações do **Governo Federal**, segundo Alessandro Teixeira, secretário-executivo do Ministério do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**. "A desoneração envolve cerca de 3.300 de NMCs (produtos classificados nos códigos da nomenclatura comum da **Mercosul**), responsáveis por 46% das **exportações** brasileiras de manufaturados entre janeiro e agosto de 2012", diz.

O chefe de gabinete da Associação Brasileira de **Desenvolvimento** Industrial (ABDI) e integrante do Conselho Nacional de **Desenvolvimento** Industrial (CNDI), Otávio

Camargo, um dos maiores objetivos do plano é reforçar novos investimentos produtivos para a indústria. "É um esforço permanente, não é uma política imediata, mas tem a finalidade de repensar a cadeia produtiva e aumentar a inovação e a competitividade", anota. E garante que a desoneração da folha não trará na Previdência, uma vez que o compromisso do governo é de cobrir integralmente esses valores.

Segundo estudo de agosto deste ano do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o discurso governamental no **Brasil** Maior tem sido o de desonerar sem reduzir os direitos trabalhistas e a proteção social. "No entanto, os trabalhadores precisam estar atentos para o conteúdo das propostas em debate, pois as alterações na regulamentação podem ter impactos negativos muitas vezes de difícil visualização pela sociedade", observa o supervisor técnico do Dieese no DF, Clóvis Scherer, em nota técnica.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Visto, Lido e Ouvido :: Ari Cunha		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Muda, Brasil

As coisas melhoram no país. Há o alvorecer de novos tempos. Corrupção no ser humano começa a ser cortada. O **Brasil** era mundo livre no qual muitos ricos não podiam viver no fausto em que existiam. O ganho impossível tem colocado muita gente acima de cidadãos honrados. Diz o filósofo de Mondubim que "é mais fácil reconhecer o maldoso pela arrogância e tentativa de fugir da Justiça". Lição dada pelo Supremo Tribunal Federal surpreendeu muitos maldosos. Jamais as vítimas pensaram alto, a ver pelo peito aberto com que enfrentavam acusações. Entre as denúncias, apareceram nomes do Legislativo de corar um frade de pedra. O Legislativo é integrante dos Três Poderes.

A frase que foi pronunciada

"É duro dizer isso, mas o imbróglio do Parlasul foi criado pelo Congresso brasileiro."

Deputado Dr. Rosinha

Parceria

Senador Aloysio Nunes apresentou projeto criando um marco regulatório para os convênios entre ONGs, prefeituras, estados e União. Transparência e regras unificadas são a maior preocupação para se manter o controle das atividades.

Automóveis

Já para 2016 as fábricas terão que regular a quantidade de emissão de CO2 antes de liberar os carros para venda. Por enquanto, o limite estudado é de 120g.

De olho

Por falar em poluição, há possibilidades de o governador Agnelo substituir o SLU por empresa privada. Há muitos questionamentos sobre o assunto, mas nada que o impeça. Por enquanto.

Ilícito

Por falar em SLU, entra empresa, sai empresa e, apesar do Código Nacional de Trânsito, os lixeiros continuam pendurados no caminhão, de madrugada e na chuva. Não é possível que os direitos humanos continuem fechando os olhos para esse tratamento aos homens responsáveis pela limpeza

da cidade. Botar o braço para fora da janela é multa pesada. E botar três homens de corpo inteiro?

Rede 1

Novidade à vista nesta semana. Está na pauta da Câmara dos Deputados a votação do marco civil da internet. Os provedores deverão guardar os dados dos internautas de forma sigilosa por um ano. Qualquer acesso a esses dados por terceiros, só por ordem da Justiça.

Rede 2

Já para os internautas, fica garantida a liberdade de expressão, a suspensão do acesso à internet só por falta de pagamento, a inviolabilidade das comunicações e a manutenção da qualidade do serviço.

Excedente

O Judiciário está apreensivo com a resposta do Legislativo em relação à inclusão no Orçamento do aumento salarial. A fórmula solicitada excede em R\$ 1,5 bilhão o já previsto no PNL nº 24/12.

Ética e moral

Como resultado das eleições, o país terá quase 5.500 vereadores a mais em 2013. O jornal do Interlegis mostra o mais velho e a mais nova. O cearense da cidade de Cedro seu Binda tem 93 anos. A mais jovem é Gislaíne, de Ipê, no Rio Grande do Sul, com 18 anos feitos na posse. Os dois têm em comum o apelo pela honestidade.

Carimbo

Selo Verde é um assunto discutido na Comissão de Meio Ambiente. O projeto de lei está pronto. Esse seria o ateste da preservação da **Amazônia** estendido à adequação ambiental dos produtos da **Zona Franca** de **Manaus** e das ZPEs, zonas de processamento de **exportação**.

História de Brasília

Uma das vantagens da instalação da agência da Willys em Brasília foi esta: um motor de Jeep custa, na Propac, 230 mil cruzeiros. Na Willys, o mesmo motor custa 165 mil cruzeiros. Tenho dito. (Publicado em 1º/6/1961)

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO jurídico com Docas muda projeto de modernização de portos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com o objetivo de modernizar o sistema portuário do país, a presidente Dilma quer realizar uma reforma profunda no setor com concessões à iniciativa privada. Mas, por enquanto, esbarra em questões legais e terá de adotar um modelo híbrido

Governo adotará modelo híbrido em gestão de portos


Intenção de Dilma era passar à iniciativa privada a administração das Docas

Ruy Barata Neto

A presidente Dilma Rousseff recuou da ideia de conceder à iniciativa privada a gestão de portos públicos organizados sob a gestão das Companhias Docas. As concessões, que vinham sendo analisadas como parte do plano de investimentos para os portos, acabaram sendo colocadas de lado diante de impedimentos jurídicos apontados pela Advocacia Geral da União (AGU). Diante dos entraves, Dilma acabou convencida a abrir mão do plano radical para os portos, conforme havia encomendado aos técnicos do governo. “Foi uma decepção da presidente que queria fazer uma privatização mais ambiciosa”, disse uma fonte do Palácio do Planalto. A opção do Planalto será por um modelo híbrido, o que significa dotar as Companhias Docas de uma gestão mais eficiente, mas sem a necessidade de entregar o controle às mãos da iniciativa privada. Para atrair mais investimentos do setor privado, a perspectiva é a de que o plano trabalhe com novas licitações pontuais dentro das áreas dos portos públicos. Além disso, o governo deverá autorizar empresas sem carga própria a operar terminais privativos. A meta do governo é chegar a um montante de R\$ 40 bilhões para investimentos no setor. Mas o recuo nas concessões de portos públicos deve

decepcionar entidades do setor. A decisão vai de encontro à proposta feita pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) que defende a descentralização do setor por meio da concessão à iniciativa privada da administração dos portos públicos subordinados à Secretaria Especial de Portos (SEP).

Para o presidente da ABTP, Wilen Manteli, as concessões destes terminais estão previstas pela Constituição e pela Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), mas existem problemas regulatórios que precisam ser resolvidos. Desde a extinção da Portobrás — uma espécie de “holding estatal” dos portos — as Companhias Docas ficaram sem as devidas outorgas de exploração portuária, situação que persiste como um vácuo jurídico a ser resolvido. Mas, segundo Manteli, o problema poderia ser contornado por meio de licitações destas concessões ao setor privado. “No nosso ponto de vista, há instrumentos jurídicos, mas é necessária vontade política”, afirma Manteli. O advogado Márcio Reis, sócio da área de Direito Regulatório do escritório Siqueira Castro, afirma que as concessões dos portos à iniciativa privada têm implicações políticas internas às Companhias Docas que podem ser difíceis de contornar. “As Docas são dominadas por grupos aliados que deverão pressionar para a manutenção do sistema de portos”, diz Reis. As sete Companhias Docas do país, sob o controle da União, administram 18 portos públicos organizados. Segundo o Ipea, de uma dotação orçamentária de R\$ 932 milhões, essas empresas executaram apenas 30% do valor, apesar de inúmeros investimentos que precisam ser feitos no setor portuário. “Porto hoje precisa ser descentralizado para ser mais eficiente”, defende Manteli.

	VEÍCULO SOFT PHARMA	EDITORIA	
	TÍTULO Fabricação de medicamentos é liberada no Polo Industrial de <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A fabricação de medicamentos na Zona Franca de **Manaus** (ZFM) foi autorizada ontem (08), depois da publicação no Diário Oficial da União. Entre as dez etapas fabris que devem ser cumpridas estão a análise físico-química e microbiológica, tanto dos insumos, quanto do produto acabado, e a impressão da bula e das embalagens primárias e secundárias.

Na lista de produtos liberados para fabricação no Polo Industrial de Manaus (PIM) estão medicamentos bastante conhecidos do público consumidor, como o ácido acetilsalicílico,

a vitamina C, o albenzadol, o citrato de sildenafil, o paracetamol, o ibuprofeno e o polivitamínico do complexo B.

A EMS já está com a obra de construção de sua unidade em estágio avançado. O investimento previsto é de R\$ 360 milhões, com geração de 350 empregos diretos e 150 indiretos. A fábrica deve ficar pronta até dezembro de 2013. "Teremos em Manaus possivelmente a fábrica mais moderna do mundo. Chegamos para aumentar a competitividade nacional e internacional", disse o presidente do conselho da EMS, Carlos Sanchez.